

2015

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS DO SEGUNDO
TRIMESTRE (2T15)**

2T15: 165,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (-5,1%), REC. DE PEDÁGIO DE R\$ 588 MILHÕES (+1,1%), EBITDA DE R\$ 319,2 MILHÕES (+6,6%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 60,6 MILHÕES

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (07/08/2015)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 07/08 e 13/08
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 6412180#

EM INGLÊS (Tradução Simultânea)

Sexta-feira (07/08/2015)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 07/08 e 13/08
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 7860763#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link www.ccall.com.br/arteris/2t15.htm e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 06 de agosto de 2015 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 2T15, período encerrado em 30 de junho de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 2T15

- Tráfego Pedagiado:** 165,1 milhões de veículos equivalentes registrados no 2T15, com queda de 5,1% na comparação com o 2T14. A variação está associada à retração econômica observada no país no período e a vedação desde abril da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados nas rodovias federais.
- Receita de Pedágio:** Crescimento de 1,1% com um total de R\$ 588,1 milhões. No acumulado do ano o aumento foi de 2,6% com um montante de R\$ 1,2 bilhão. A melhora está relacionada aos reajustes de tarifas entre os períodos — em algumas concessões acima da inflação.
- EBITDA e EBITDA Ajustado:** Aumento de 6,6% no EBITDA com R\$ 319,2 milhões e expansão de 2.1 p.p. na margem EBITDA em relação ao 2T14. O EBITDA ajustado cresceu 5,5% com R\$ 354, 9 milhões e margem de 64,2% (+1.7 p.p.).
- Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 5,0 bilhões ao final do 2T15, com um aumento de 7% em relação ao 1T15. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 3,4x.
- Investimentos:** Foi de R\$ 473,3 milhões no trimestre e no acumulado do ano atingiu a marca de R\$ 900,8 milhões.
- Lucro Líquido:** Totalizou R\$ 60,6 milhões (-34,1%) no trimestre e R\$ 117,3 milhões nos 6M15. A variação está associada à maior depreciação — em função de uma mudança contábil realizada no 1T15 — e ao resultado financeiro, já que, por outro lado, houve uma expansão da receita e EBITDA entre os períodos.



BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 05/08/2015
Preço Fech.: R\$ 9,53 por ação
Valor de Mercado: R\$ 3,3 bilhões

Indicadores Financeiros	2T15	1T15	2T14	Var%		1S15	1S14	Var%
				2T15/1T15	2T15/2T14			
Veículos equivalentes (Mil)	165.132	174.440	173.927	-5,3%	-5,1%	339.572	349.522	-2,8%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	588.069	599.007	581.434	-1,8%	1,1%	1.187.076	1.156.669	2,6%
Receita líquida (R\$ Mil)	946.725	918.929	945.794	3,0%	0,1%	1.865.654	1.850.854	0,8%
EBITDA (R\$ Mil)	319.159	338.869	299.414	-5,8%	6,6%	658.028	615.761	6,9%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	354.919	365.707	336.424	-2,9%	5,5%	720.626	691.264	4,2%
Lucro líquido (R\$ Mil)	60.618	56.732	91.950	6,8%	-34,1%	117.350	192.808	-39,1%
Margem EBITDA*	57,7%	59,9%	55,6%	-2,2 p.p.	2,1 p.p.	58,8%	57,8%	1,0 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	64,2%	64,6%	62,5%	-0,4 p.p.	1,7 p.p.	64,4%	64,9%	-0,5 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	2.246.127	2.185.509	1.970.976	2,8%	14,0%	2.246.127	1.970.976	14,0%
Ativos totais (R\$ Mil)	9.607.585	9.417.105	8.294.267	2,0%	15,8%	9.607.585	8.294.267	15,8%
Dívida bruta / Capitalização total ²	72,7%	72,8%	71,3%	-0,1 p.p.	1,4 p.p.	72,7%	71,3%	1,4 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	4.985.112	4.657.952	3.666.020	7,0%	36,0%	4.985.112	3.666.020	36,0%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	3,4	3,2	2,7	0,2	0,7	3,4	2,7	0,7

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

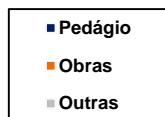
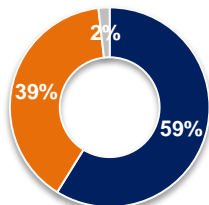
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECITA OPERACIONAL BRUTA	999.988	974.041	986.586	2,7%	1,4%	1.974.029	1.953.305	1,1%
Receitas de pedágio	588.069	599.007	581.434	-1,8%	1,1%	1.187.076	1.156.669	2,6%
Estaduais	341.373	333.985	341.999	2,2%	-0,2%	675.358	675.329	0,0%
Autovias	82.933	81.392	83.390	1,9%	-0,5%	164.325	164.011	0,2%
Centrovias	88.090	86.970	88.134	1,3%	0,0%	175.060	175.313	-0,1%
Intervias	93.941	90.839	93.175	3,4%	0,8%	184.780	184.313	0,3%
Vianorte	76.409	74.784	77.300	2,2%	-1,2%	151.193	151.692	-0,3%
Federais	246.696	265.022	239.435	-6,9%	3,0%	511.718	481.340	6,3%
Planalto Sul	27.304	28.283	26.791	-3,5%	1,9%	55.587	54.336	2,3%
Fluminense	42.087	44.646	40.322	-5,7%	4,4%	86.733	78.458	10,5%
Fernão Dias	58.892	61.539	60.120	-4,3%	-2,0%	120.431	120.356	0,1%
Régis Bittencourt	65.729	70.803	64.273	-7,2%	2,3%	136.532	130.595	4,5%
Litoral Sul	52.684	59.751	47.929	-11,8%	9,9%	112.435	97.595	15,2%
Outras receitas	18.095	21.993	(2.467)	-17,7%	n.a.	40.088	11.326	254,0%
Receitas de obras	393.824	353.041	407.619	11,6%	-3,4%	746.865	785.310	-4,9%
DEDUÇÕES DA RECITA	(53.263)	(55.112)	(40.792)	-3,4%	30,6%	(108.375)	(102.451)	5,8%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	946.725	918.929	945.794	3,0%	0,1%	1.865.654	1.850.854	0,8%
CUSTOS E DESPESAS	(627.566)	(580.060)	(646.380)	8,2%	-2,9%	(1.207.626)	(1.235.093)	-2,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(149.881)	(154.551)	(159.996)	-3,0%	-6,3%	(304.432)	(286.471)	6,3%
Custo dos serv. de construção	(393.824)	(353.041)	(407.619)	11,6%	-3,4%	(746.865)	(785.310)	-4,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(42.823)	(40.210)	(37.982)	6,5%	12,7%	(83.033)	(83.693)	-0,8%
Remuneração da administração	(5.773)	(5.671)	(4.066)	1,8%	42,0%	(11.444)	(9.317)	22,8%
Despesas tributárias	258	(854)	(1.066)	-130,2%	-124,2%	(596)	(2.074)	-71,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(35.760)	(26.838)	(37.010)	33,2%	-3,4%	(62.598)	(75.503)	-17,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	237	1.105	1.358	-78,6%	-82,5%	1.342	7.274	-81,6%
EBITDA	319.159	338.869	299.414	-5,8%	6,6%	658.028	615.761	6,9%
Margem EBITDA*	57,7%	59,9%	55,6%			58,8%	57,8%	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(124.163)	(124.126)	(80.767)	0,0%	53,7%	(248.289)	(158.540)	56,6%
Depreciações e amortizações	(124.163)	(124.126)	(80.767)	0,0%	53,7%	(248.289)	(158.540)	56,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(102.907)	(121.720)	(81.913)	-15,5%	25,6%	(224.627)	(165.665)	35,6%
Receitas financeiras	36.475	47.383	29.995	-23,0%	21,6%	83.858	54.038	55,2%
Despesas financeiras	(139.330)	(169.042)	(112.158)	-17,6%	24,2%	(308.372)	(219.947)	40,2%
Variação cambial, liq.	(52)	(61)	250			(113)	244	
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	92.089	93.023	136.734	-1,0%	-32,7%	185.112	291.557	-36,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(31.471)	(36.291)	(44.785)	-13,3%	-29,7%	(67.762)	(98.748)	-31,4%
Corrente	(47.357)	(46.302)	(56.669)	2,3%	-16,4%	(93.659)	(113.285)	-17,3%
Diferido	15.886	10.011	11.884	58,7%	33,7%	25.897	14.536	78,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	60.618	56.732	91.950	6,8%	-34,1%	117.350	192.808	-39,1%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

Composição da Receita Bruta
2T15

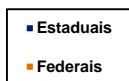
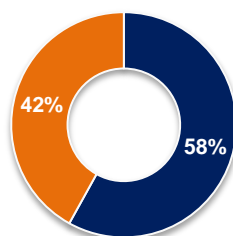


A **receita bruta** da Arteris atingiu a marca de **R\$ 1 bilhão** no segundo trimestre de 2015 com um **crescimento** de **1,4%** em relação ao mesmo período do ano passado.

Este total foi composto da seguinte maneira:

- Tr **Receitas de pedágio**, que representaram 59% ou **R\$ 588,1 milhões** do faturamento da Companhia no trimestre registrando um **crescimento** de **1,1%** na comparação com o 2T14;
- Tr **Receita com obras (-3,4%)**, que foram de **R\$ 393,8 milhões** ou 39% do total e refletem os investimentos destinados à melhoria da infraestrutura das rodovias do grupo;
- Tr E, as **“outras receitas”**, contribuindo com os 2% restantes da receita total foram de **R\$ 18 milhões**, compostas de receitas acessórias das concessões de rodovias.

Composição da Receita de Pedágio
2T15



No **acumulado do ano**, a Companhia apresentou um **crescimento** de **1,1%** em sua receita bruta total, que foi de **R\$ 1,9 bilhão** no semestre.

Receita de Pedágio

A **receita de pedágio** da Arteris no 2T15 **creceu 1,1%** em relação ao 2T14, apesar da retração do tráfego apresentado no período. Isto foi possível graças aos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que dentre as rodovias federais algumas obtiveram reajustes superiores à inflação em função de reequilíbrios dos contratos provenientes de aditivos.

As **rodovias estaduais** foram responsáveis por 58% do total das receitas com pedágios, contribuindo com **R\$ 341,4 milhões**. A receita ficou praticamente **estável** na comparação trimestral (-0,2%) e no acumulado do ano, reflexo da retração de 4,9% do volume de tráfego pedagiado em ambos os períodos.

Já as **rodovias federais** (42% do total de receitas com pedágio), as quais contaram com os maiores reajustes de tarifas e totalizaram **R\$ 246,7 milhões** no 2T15, obtiveram uma **melhora** de **3%** e **6,3%** nas receitas de pedágio na comparação trimestral e semestral, respectivamente.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no **2T15**, foi de **165.132 mil veículos equivalentes**, queda de **5,1%** em relação ao 2T14.

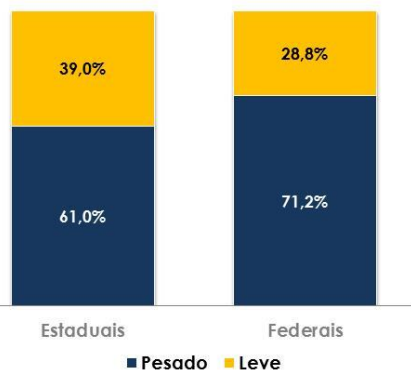
Veículos Equivalentes (Mil)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	Bases		1S15	1S14	Var% 1S15/1S14	Bases	
						Comparáveis 2T15/2T14	2T15/2T14				Comparáveis 1S15/1S14	1S15/1S14
Estaduais	50.043	49.018	52.649	2,1%	-4,9%	-4,9%	99.060	104.136	-4,9%	-4,9%		
Autovias	11.492	11.352	12.155	1,2%	-5,5%	-5,5%	22.843	24.002	-4,8%	-4,8%		
Centrovias	13.432	13.287	14.270	1,1%	-5,9%	-5,9%	26.719	28.452	-6,1%	-6,1%		
Intervias	15.982	15.488	16.569	3,2%	-3,5%	-3,5%	31.470	32.766	-4,0%	-4,0%		
Vianorte	9.137	8.891	9.654	2,8%	-5,4%	-5,4%	18.028	18.916	-4,7%	-4,7%		
Federais	115.089	125.422	121.279	-8,2%	-5,1%	-8,2%	240.512	245.386	-2,0%	-2,5%		
Planalto Sul	6.656	6.894	7.047	-3,5%	-5,6%	-5,6%	13.550	14.293	-5,2%	-5,2%		
Fluminense	11.069	12.225	11.849	-9,5%	-6,6%	-6,6%	23.295	23.207	0,4%	-4,8%		
Fernão Dias	36.793	38.447	40.067	-4,3%	-8,2%	-8,2%	75.240	80.214	-6,2%	-6,2%		
Régis Bittencourt	32.854	35.393	35.697	-7,2%	-8,0%	-8,0%	68.247	72.530	-5,9%	-5,9%		
Litoral Sul	27.717	32.463	26.620	-14,6%	4,1%	-9,9%	60.180	55.143	9,1%	-6,2%		
Total	165.132	174.440	173.927	-5,3%	-5,1%	-7,2%	339.572	349.522	-2,8%	-3,2%		

(1) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul.

(2) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul.

Já em **bases comparáveis⁽¹⁾**, o tráfego pedagiado sofreu uma redução de **-7,2%** na comparação entre o 2T14 e o 2T15.

Composição do Tráfego (Veículos Equivalentes) 2T15



(1) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul
(2) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

A deterioração do ambiente econômico no país que tem se convertido numa retração do produto interno bruto, principalmente no que tange à produção industrial tem ocasionado um efeito negativo generalizado nos volumes de veículos pedagiados do setor. A queda do tráfego que já havia sido observada no primeiro trimestre se intensificou neste 2T15, principalmente nas concessões federais, onde, além dos impactos da economia, houve, desde abril de 2015, a aplicação da Lei dos Caminhoneiros, que cessou a cobranças dos eixos suspensos de veículos pesados. **Caso esta lei não estivesse em vigor, o tráfego pedagiado das rodovias federais teria registrado um decréscimo de -1,2% em relação ao 2T14 e de -2,3% no consolidado do grupo.**

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 2T15 foi de 61,0% de veículos pesados e 39,0% de veículos leves nas concessões estaduais; e de 71,2% de veículos pesados e 28,8% de veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 2T15 foi de **R\$ 3,56**, representando um **incremento de 6,5%** em relação à tarifa média do 2T14.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Estaduais	6,82	6,81	6,50	0,1%	5,0%	6,82	6,49	5,1%
Autovias	7,22	7,17	6,86	0,6%	5,2%	7,19	6,83	5,3%
Centrovias	6,56	6,55	6,18	0,2%	6,2%	6,55	6,16	6,3%
Intervias	5,88	5,87	5,62	0,2%	4,5%	5,87	5,63	4,4%
Vianorte	8,36	8,41	8,01	-0,6%	4,4%	8,39	8,02	4,6%
Federais	2,14	2,11	1,97	1,4%	8,6%	2,13	1,96	8,5%
Planalto Sul	4,10	4,10	3,80	0,0%	7,9%	4,10	3,80	7,9%
Fluminense	3,80	3,65	3,40	4,1%	11,7%	3,72	3,38	10,1%
Fernão Dias	1,60	1,60	1,50	0,0%	6,7%	1,60	1,50	6,7%
Régis Bittencourt	2,00	2,00	1,80	0,0%	11,1%	2,00	1,80	11,1%
Litoral Sul	1,90	1,84	1,80	3,3%	5,6%	1,87	1,77	5,6%
Total	3,56	3,43	3,34	3,7%	6,5%	3,50	3,31	5,6%

Em **média**, as tarifas das concessões estaduais tiveram um **aumento de 5%** na comparação com o 2T14, ficando em **R\$ 6,82** por praça de pedágio e eixo equivalente. Em julho de 2014, as **rodovias estaduais** foram autorizadas a reajustarem suas tarifas de acordo com a inflação do período descontados os ajustes específicos de cada concessionária em função da receita auferida pela cobrança do eixo suspenso que fosse superior ao índice de inflação de 2013 que não foi repassado naquele ano. A Centrovias registrou um aumento superior às demais (+6,2%) em função de medida liminar concedida em setembro de 2014 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, ao pedido da concessionária que contestou a metodologia de ajustes de tarifas baseada na cobrança de eixos suspensos.

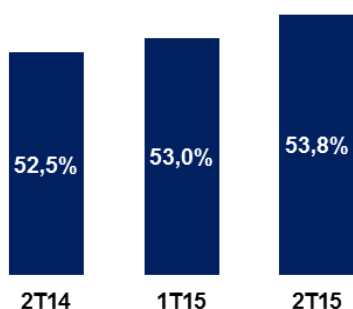
Já o reajuste aplicado às tarifas das concessões estaduais para 2015 (autorizado em julho deste ano e, portanto com efeitos a partir do 3T15) foi de 4,11% de acordo com a variação acumulada do IGP-M do período.

Em relação às tarifas das **concessões federais**, conforme já comentado, o reajuste médio (**+8,6%**, ficando em **R\$ 2,14**) foi superior à inflação aplicada às tarifas (variação acumulada do IPCA) em função de processos de reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

AVI Estaduais



AVI Federais



Ao final de 2014 e início de 2015, a ANTT autorizou a Companhia a incluir no cálculo das tarifas que entraram em vigor a partir dos últimos dias de 2014 e para todo o ano de 2015, **incrementos adicionais ao repasse integral da inflação** de forma a **remunerar investimentos adicionais (aditivos)** para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais.

O governo federal anunciou que, como forma de compensar a perda de receita de pedágio provocada pela Lei dos Caminhoneiros (em vigor desde abril de 2015) a qual determina a proibição da cobrança de eixos suspensos de veículos pesados, será autorizado o reequilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão na mesma proporção destas perdas.

Meios Eletrônicos: No 2T15, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 67,2% da arrecadação, contra 66,5% no 2T14. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 53,8% no 2T15 contra 52,5% no 2T14.

Receita de Obras

As receitas de obras representam de forma contábil e sem efeito caixa os investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente praticamente todo ele direcionado às concessões federais. No 2T15, as receitas de obras foram de R\$ 393,8 milhões (-3,4%) e no acumulado do ano totalizaram R\$ 746,9 milhões (-4,9%).

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Porém, no 2T14, além destas receitas esta rubrica contabilizava também as receitas de conservação e pavimentação das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo, sendo que naquele trimestre houve uma reclassificação para o formato atual, ajuste que na época foi o responsável pela rubrica ter registrado valores negativos.

No 2T15 as outras receitas registraram um montante de R\$ 18,1 milhões para a Companhia, sendo que nos 6M15 o valor total registrado foi de R\$ 40,1 milhões.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

A **receita líquida** da Arteris no 2T15 ficou **estável** em relação ao registrado no mesmo período do ano passado e obteve **crescimento** de **0,8%** no **acumulado do ano**. O total foi de **R\$ 946,7 milhões** no trimestre e de **R\$ 1,9 bilhão** nos 6M15.

Em relação às **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, estas foram de **R\$ 53,3 milhões** no trimestre (**+30,6%**) e de **R\$ 108,4 milhões no semestre (+5,8%)**.

Custos e Despesas

No 2T15, a Arteris apresentou em relação ao mesmo período do ano passado uma **redução** de **1,9%** no total de seu **custo caixa** que foi de **R\$ 198 milhões** no trimestre, principalmente em função de uma significativa diminuição na linha de Outras Despesas Operacionais, a qual concentra de forma relevante o resultado das operações das construtoras do grupo. Esta variação, conjugada com outras reduções, como por exemplo a registrada na linha de serviços de terceiros, permitiu que a Companhia **melhorasse a relação custo caixa/receita líquida ex-obras**, que passou de 37,5% no 2T14 para 35,8% no 2T15 contribuindo para a expansão da margem operacional da Arteris entre os períodos.

Já em relação ao **total geral de custos e despesas**, o que inclui itens não caixa — custos de construção, provisões, depreciações e amortizações — a Companhia apresentou um crescimento de 3,4% na comparação com o 2T14, com um montante de **R\$ 751,7 milhões**. A maior parte do crescimento foi causada **pelo efeito do aumento das amortizações e depreciações** (+53,7% ou R\$ 43,4 milhões) em função de uma **mudança no critério contábil** realizado pela Companhia — conforme será detalhado a seguir.

No acumulado do ano o total de custos totalizou R\$ 1,5 bilhão (+4,5% em relação aos 6M14) e os custos caixa foram de R\$ 398,2 milhões (+6,4%).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	Var. Nominal 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Serviços de terceiros	(49.557)	(48.363)	(50.339)	2,5%	-1,6%	(782)	(97.920)	(100.351)	-2,4%
Pessoal	(66.413)	(57.311)	(49.580)	15,9%	34,0%	16.833	(123.724)	(106.227)	16,5%
Conservação	(26.554)	(30.372)	(25.526)	-12,6%	4,0%	1.028	(56.926)	(51.986)	9,5%
Verba de fiscalização	(10.362)	(10.242)	(9.707)	1,2%	6,7%	655	(20.604)	(19.320)	6,6%
Custos com Poder Concedente	(5.472)	(5.364)	(5.436)	2,0%	0,7%	36	(10.836)	(10.753)	0,8%
Seguros e garantias	(6.195)	(6.401)	(5.659)	-3,2%	9,5%	536	(12.596)	(12.124)	3,9%
Remuneração da administração	(5.773)	(5.671)	(4.066)	1,8%	42,0%	1.707	(11.444)	(9.317)	22,8%
Consumo	(12.625)	(12.038)	(10.690)	4,9%	18,1%	1.935	(24.663)	(18.423)	33,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.317)	(1.043)	(7.817)	26,3%	-83,2%	(6.500)	(2.360)	(8.889)	-73,5%
Despesas tributárias	258	(854)	(1.066)	-130,2%	-124,2%	(1.324)	(596)	(2.074)	-71,3%
Transportes	(10.515)	(10.454)	(8.535)	0,6%	23,2%	1.980	(20.969)	(16.664)	25,8%
Outras despesas operacionais, liq.	(3.457)	(12.068)	(23.330)	-71,4%	-85,2%	(19.873)	(15.525)	(18.152)	-14,5%
Subtotal (Custo Caixa)	(197.982)	(200.181)	(201.751)	-1,1%	-1,9%	(3.769)	(398.163)	(374.280)	6,4%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	35,8%	35,4%	37,5%	0,4 p.p.	-1,7 p.p.	-1,7 p.p.	35,6%	35,1%	0,5 p.p.
Custo dos serviços de construção	(393.824)	(353.041)	(407.619)	11,6%	-3,4%	(13.795)	(746.865)	(785.310)	-4,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(35.760)	(26.838)	(37.010)	33,2%	-3,4%	(1.250)	(62.598)	(75.503)	-17,1%
Depreciação e Amortização	(124.163)	(124.126)	(80.767)	0,0%	53,7%	43.396	(248.289)	(158.540)	56,6%
Total	(751.729)	(704.186)	(727.147)	6,8%	3,4%	24.582	(1.455.915)	(1.393.633)	4,5%

Entre as **principais variações** dos **custos caixa** entre os períodos, destaca-se:

- ✚ **Custos com serviços de terceiros:** Os custos com serviços de terceiros apresentaram uma redução de 1,6% em relação ao 2T14 e de 2,4% em relação ao acumulado do ano passado, totalizando R\$ 49,6 milhões no trimestre e R\$ 97,9 milhões no semestre. Esta melhora está diretamente relacionada aos esforços empreendidos no programa de eficiências que vem sendo implementado no grupo, como por exemplo, o sistema de leilões eletrônicos para a contratação de terceiros e a renegociação de contratos de prestação de serviços. Contribuiu também para a redução destes custos a internalização de arrecadadores terceirizados da Autovias ao final de 2014 e os da Autopista Planalto Sul em abril de 2015, custos que passaram a compor os custos de pessoal desde então.
- ✚ **Custos com pessoal:** O processo de internalização de arrecadadores da Autovias e da Autopista Planalto Sul impactou os valores registrados como custo de pessoal. O quadro de pessoal destas concessionárias obteve, neste sentido, um aumento respectivo de 110 e 82 funcionários entre os períodos. Também foi registrado um aumento do número de profissionais principalmente na área de engenharia nas Autopistas Litoral Sul e Fluminense em função da intensificação das obras do Contorno de Florianópolis e da duplicação da BR-101. Essas mudanças operacionais, derivam de análises e decisões internas para tornar a Arteris mais eficiente em seu atual momento de investimentos. Adicionalmente, os custos com pessoal sofreram os impactos do dissídio coletivo aplicados em abril para todos os funcionários do grupo e também de custos rescisórios de alguns funcionários cujas funções passaram a ser terceirizadas — a Intervias, por exemplo, diminuiu seu quadro de funcionários nas funções de atendimento pré-hospitalar que passaram a ser terceirizados. Todos estes fatores somados foram responsáveis pelo aumento de 34% dos custos com pessoal que foram de R\$ 66,4 milhões no 2T15 e de R\$ 123,7 milhões no 6M15 (+16,5%).
- ✚ **Conservação:** Registrou um aumento de 4% na comparação com o 2T14, totalizando R\$ 26,5 milhões. Este é um custo de natureza variável sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas entre os períodos. Ao longo do semestre este custo totalizou R\$ 56,9 milhões (+9,5% em relação aos 6M14).
- ✚ **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Neste sentido, registraram um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano passado totalizando R\$ 10,4 milhões no trimestre e R\$ 20,6 milhões no acumulado do ano (+6,6%).
- ✚ **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 5,5 milhões no 2T15 e referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias.
- ✚ **Seguros e Garantias:** Tratam-se basicamente de apólices de seguros de riscos de engenharia, riscos de frota e seguro-garantia, totalizando R\$ 6,2 milhões no 2T15. O aumento de R\$ 0,5 milhão em relação ao 2T14 está associado à contratação de novas apólices para obras que iniciaram sua fase de construção como é o caso dos mais recentes lotes da duplicação da Serra do Cafezal. No acumulado do ano esta rubrica registrou um valor de R\$ 12,6 milhões (+3,9% na comparação com os 6M14).

- ✚ **Remuneração da Administração:** Correspondeu a um total de R\$ 5,8 milhões no 2T15, tendo sofrido um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior em função de dissídios aplicados à remuneração e processos de reorganização da estrutura organizacional da Companhia.
- ✚ **Consumo:** Referem-se a gastos com telefonia, iluminação e energia elétrica das unidades de negócio, praças de pedágios e trechos de rodovias, material de consumo administrativo (como material de escritório), material de sinalização (como cones, faixas utilizadas em operações especiais) e materiais para uso em campanhas de trânsito (panfletos e publicações). O aumento de 18,1% desta linha em relação ao 2T14, está relacionado principalmente ao repasse tarifário bem acima da inflação implementado pelo governo nas tarifas de energia elétrica no final de 2014 e a intensificação de campanhas de conscientização e sinalização de tráfego. No acumulado do ano as despesas com consumo ficaram em R\$ 24,7 milhões (+33,9%).
- ✚ **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais:** Os valores contabilizados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte. No 2T15 este montante foi de R\$1,3 milhão e nos 6M15 ficaram em R\$ 2,4 milhões.
- ✚ **Transportes:** Esta rubrica contempla os gastos com combustíveis, aluguel e manutenção de frota de veículos leves (inspeção de tráfego, veículos administrativos e veículos de resgate próprios) e pesados (guinchos, caminhões pipa e combate a incêndio, apreensão de animais entre outros) de todas as concessionárias do grupo. No 2T15, estes custos caixa foram de R\$ 10,5 milhões, com um aumento de 23,2% em relação ao mesmo período de 2014 e no acumulado do ano o aumento foi de 25,8% totalizando R\$ 21 milhões. Da mesma forma que os efeitos sentidos no custo com energia elétrica, a alta dos preços dos combustíveis autorizada pelo governo impactaram negativamente esta linha dos resultados. Também influenciou a variação destes custos o aumento da frota da Companhia para atender níveis de serviços exigidos pelos contratos de concessão.
- ✚ **Outras despesas operacionais:** Referem-se ao resultado dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris, além de outros itens relacionados à operação das concessionárias da Companhia. O resultado das construtoras do grupo compõe o total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Arteris em detrimento às construtoras terceirizadas. A variação destas despesas em relação ao 2T14 foi de 85,2%, passando de R\$ 23,3 milhões naquele trimestre para R\$ 3,5 milhões no 2T15. A principal razão desta redução está associada a margem operacional das construtoras controladas. Vale ressaltar que foram realizados ajustes no quadro de funcionários (diminuição de 869 funcionários em relação ao 2T14) para atender, de forma mais eficiente, a menor carteira de obras em execução das mesmas. No acumulado do ano a redução foi de 14,5% com um total de R\$ 15,5 milhões.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- † **Custos dos serviços de construção:** Foram de R\$ 393,8 milhões no 2T15 (-3,4%) e estão relacionados à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionados a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. No acumulado do ano os custos de construção totalizaram R\$ 746,9 milhões (-4,9% na comparação com os 6M14).
- † **Provisões para manutenção:** Totalizaram R\$ 35,8 milhões neste trimestre (-3,4%) e referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. Nos 6M15 os valores provisionados foram de R\$ 62,6 milhões, montante 17,1% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado.
- † **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão. Em 2015 a sociedade alterou o critério adotado de amortização dos seus ativos intangíveis, que até então era realizado pelo método de curva de tráfego, passando agora a adotar o método linear. Neste sentido, esta mudança foi a responsável pelo aumento de 53,7% das amortizações da Companhia que passaram de R\$ 80,8 milhões no 2T14, para os atuais R\$ 124,2 milhões registrados neste trimestre. No acumulado do ano o total deste custo foi de R\$ 248,3 milhões (+56,6%).

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Arteris encerrou o 2T15 com crescimento de 6,6% em seu EBITDA que foi de R\$ 319,2 milhões. A redução dos custos e despesas "caixa" diante do ligeiro aumento da receita líquida permitiu que neste trimestre a margem EBITDA da Companhia alcançasse um incremento de 2,1 p.p. em relação ao 2T14, ficando em 57,7%. No acumulado do ano o aumento do EBITDA foi de 6,9% totalizando R\$ 658 milhões com margem de 58,8%, melhora de 1.0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano passado.

Já em relação ao EBITDA ajustado que não leva em conta os efeitos não caixa da provisão para manutenção de rodovias no total dos custos da Companhia, a melhora operacional foi de 5,5%, com um montante de R\$ 354,9 milhões no 2T15 e margem EBITDA ajustada de 64,2%, alta de 1.7 p.p. na comparação com o 2T14. No acumulado do ano o EBITDA ajustado cresceu 4,2% totalizando R\$ 720,6 milhões e margem de 64,4%.

	EBITDA							
	(Em milhares de reais)							
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	946.725	918.929	945.794	3,0%	0,1%	1.865.654	1.850.854	0,8%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(627.566)	(580.060)	(646.380)	8,2%	-2,9%	(1.207.626)	(1.235.093)	-2,2%
EBITDA ¹	319.159	338.869	299.414	-5,8%	6,6%	658.028	615.761	6,9%
Margem EBITDA*	57,7%	59,9%	55,6%	-2,2 p.p.	2,1 p.p.	58,8%	57,8%	1,0 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	35.760	26.838	37.010	33,2%	-3,4%	62.598	75.503	-17,1%
EBITDA Ajustado ²	354.919	365.707	336.424	-2,9%	5,5%	720.626	691.264	4,2%
Margem EBITDA Ajustada*	64,2%	64,6%	62,5%	-0,4 p.p.	1,7 p.p.	64,4%	64,9%	-0,5 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura** do **EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Ebitda Ajustado - Consolidado	354.919	365.707	336.424	-2,9%	5,5%	720.626	691.264	4,2%
Estaduais	245.308	242.460	247.618	1,2%	-0,9%	487.768	498.652	-2,2%
Federais	103.086	125.829	90.400	-18,1%	14,0%	228.915	192.995	18,6%
Holding	(1.137)	(2.153)	6.093	-47,2%	-118,7%	(3.290)	920	-457,6%
Construtoras	7.662	(429)	(7.687)	-1886,0%	-199,7%	7.233	(1.303)	-655,1%

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 2T15:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	76.296	6.832	83.128	(25.903)	(6.832)	(32.735)	50.393	(8.856)	59.249	77,7%
Centrovias	81.008	9.811	90.819	(22.184)	(9.811)	(31.995)	58.824	(5.535)	64.359	79,4%
Intervias	86.922	23.262	110.184	(29.262)	(23.262)	(52.524)	57.660	(9.038)	66.698	76,7%
Vianorte	70.146	4.986	75.132	(20.737)	(4.986)	(25.723)	49.409	(5.593)	55.002	78,4%
Estaduais	314.372	44.891	359.263	(98.086)	(44.891)	(142.977)	216.286	(29.022)	245.308	78,0%
Planalto Sul	25.025	51.696	76.721	(16.019)	(51.696)	(67.715)	9.006	368	8.638	34,5%
Fluminense	38.877	65.338	104.215	(23.240)	(65.338)	(88.578)	15.637	(1.046)	16.683	42,9%
Fernão Dias	56.171	46.965	103.136	(36.731)	(46.965)	(83.696)	19.440	(1.039)	20.479	36,5%
Régis Bittencourt	69.913	116.174	186.087	(32.430)	(116.174)	(148.604)	37.483	(1.890)	39.363	56,3%
Litoral Sul	48.543	68.760	117.303	(33.761)	(68.760)	(102.521)	14.782	(3.141)	17.923	36,9%
Federais	238.529	348.933	587.462	(142.181)	(348.933)	(491.114)	96.348	(6.738)	103.086	43,2%
Total Concessionárias	552.901	393.824	946.725	(240.267)	(393.824)	(634.091)	312.634	(35.760)	348.394	63,0%
Arteris Holding	0	0	0	(1.137)	0	(1.137)	(1.137)		(1.137)	
Construtoras	0	74.766	74.766	0	(67.104)	(67.104)	7.662		7.662	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação		(74.766)	(74.766)	7.662	67.104	74.766	0		0	
Total	552.901	393.824	946.725	(233.742)	(393.824)	(627.566)	319.159	(35.760)	354.919	64,2%

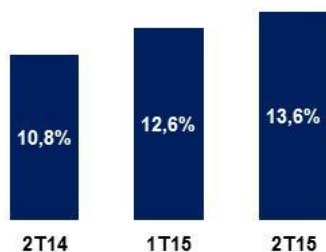
¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Resultado Financeiro

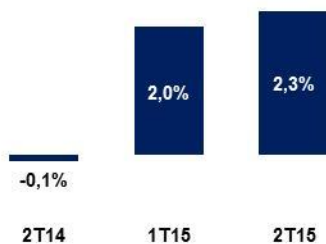
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Receitas Financeiras	36.475	47.383	29.995	-23,0%	21,6%	83.858	54.038	55,2%
Juros Ativos	1.212	1.088	778	11,4%	55,8%	2.300	1.192	93,0%
Aplicações Financeiras	34.211	41.170	29.064	-16,9%	17,7%	75.381	52.538	43,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	0	3.677	(2)	-	-	3.677	0	-
Outras Receitas	1.052	1.448	155	-27,3%	578,7%	2.500	308	711,7%
Despesas Financeiras	(139.330)	(169.042)	(112.158)	-17,6%	24,2%	(308.372)	(219.947)	40,2%
Encargos Financeiros	(119.972)	(137.407)	(91.857)	-12,7%	30,6%	(257.379)	(171.003)	50,5%
Atualização do Ônus da Concessão	(7.738)	(6.037)	(4.508)	28,2%	71,7%	(13.775)	(13.478)	2,2%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(6.911)	(20.279)	(7.257)	-65,9%	-4,8%	(27.190)	(16.719)	62,6%
Outras Despesas	(4.709)	(5.319)	(8.536)	-11,5%	-44,8%	(10.028)	(18.747)	-46,5%
Varição Cambial, liq.	(52)	(61)	250	-14,8%	-120,8%	(113)	244	-146,3%
Resultado Financeiro	(102.907)	(121.720)	(81.913)	-15,5%	25,6%	(224.627)	(165.665)	35,6%

Taxa DI (média trimestral)



A Companhia apresentou uma **variação** de **15,5%** em seu **resultado financeiro** líquido que passou de um montante negativo de R\$ 121,7 milhões no 1T15, para os atuais **R\$ 102,9 milhões negativos**, em função das seguintes variações:

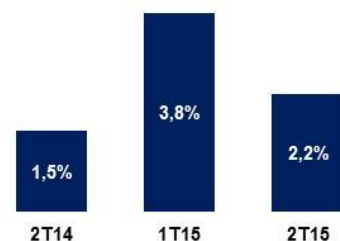
IGP-M (trimestral)



Apesar do aumento dos juros que remuneraram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI), as **receitas financeiras** tiveram uma **queda** de 23,0%, ou **R\$ 10,9 milhões**, principalmente por uma diminuição de aproximadamente **20% no saldo médio aplicado** no período, utilizado para a amortização de dívidas e para o plano de investimentos da Companhia;

As **despesas financeiras** tiveram uma **diminuição** de **17,6%**, ficando em **R\$ 139,3 milhões**, principalmente pela capitalização de parte dos juros de financiamentos para infraestrutura, entre eles, financiamento do BNDES e Debêntures de Infraestrutura nas rodovias federais. No 2T15, foram capitalizados R\$ 44,2 milhões enquanto no 1T15 foram R\$ 29,3 milhões.

IPCA (trimestral)



Lucro Líquido

O lucro líquido da Arteris no 2T15 foi de R\$ 60,6 milhões com um total de R\$ 117,3 milhões no acumulado do ano.

Apesar do crescimento da receita líquida e do EBITDA em ambos os períodos, a revisão do critério contábil que alterou a forma de amortização dos ativos intangíveis da Companhia, conforme já comentado, e um pior resultado financeiro foram os responsáveis pela queda de 34,1% no lucro líquido da Companhia na comparação trimestral e de 39,1% entre os períodos acumulados de 2015 e 2014.

Se excluíssemos os efeitos da revisão do critério contábil em referência, o lucro líquido da Companhia no 2T15 teria sido de R\$ 83,4 milhões, com redução de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

Em 30 de junho de 2015, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 5,0 bilhões**, com **aumento de 7,0%** ou R\$ 327,2 milhões em relação a 31 de março de 2015.

Endividamento (Em milhares de reais)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14
Dívida Bruta	5.991.360	5.855.332	4.906.655	2,3%	22,1%
Curto Prazo	1.263.519	1.106.676	512.211	14,2%	146,7%
Longo Prazo	4.727.841	4.748.656	4.394.444	-0,4%	7,6%
Posição de Caixa	1.006.248	1.197.380	1.240.635	-16,0%	-18,9%
Caixa e equivalentes de caixa	862.589	1.094.166	1.105.266	-21,2%	-22,0%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	143.659	103.214	135.369	39,2%	6,1%
Dívida Líquida	4.985.112	4.657.952	3.666.020	7,0%	36,0%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Aumento de R\$ 136 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 85,4 milhões;
 - Amortização de R\$ 43,1 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - Juros pagos referentes às debêntures e ao financiamento BNDES no valor de R\$ 114,1 milhões;
 - Amortização de R\$ 57,1 milhões de debêntures;
 - R\$ 158,1 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da Companhia
 - Emissão de debêntures no montante de R\$ 107 milhões na concessionária Autopista Planalto Sul S.A.

- **Redução de R\$ 191,1 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), em função da destinação de recursos para o plano de obras da Companhia e à amortização de financiamentos e pagamento de juros durante o período.

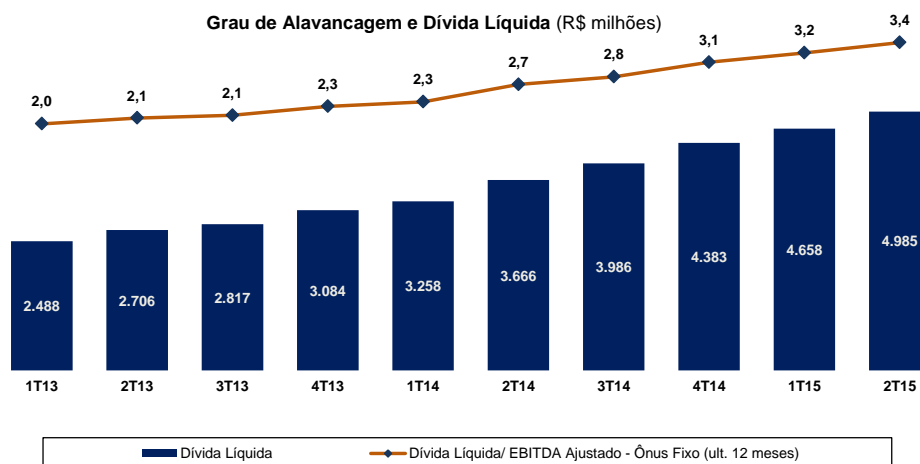
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

Até 30 de junho de 2015 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 3,3 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 449 milhões**.

BNDES FINEM (R\$ Mil) 30/06/2015			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.763.122	3.314.504	448.618
Planalto Sul	399.917	368.296	31.621
Fluminense	780.819	703.259	77.560
Fernão Dias	702.754	702.754	-
Régis Bittencourt	1.069.495	979.508	89.987
Litoral Sul	810.137	560.687	249.450

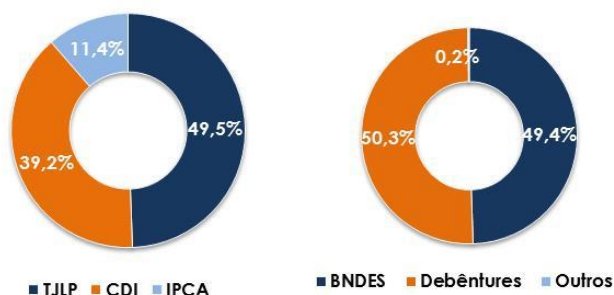
A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 2T15 representou 3,4 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um ligeiro aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 3,2 vezes.



Ao final do 2T15, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,0 bilhões, sendo que deste montante 49,5% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 39,2% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,4% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)

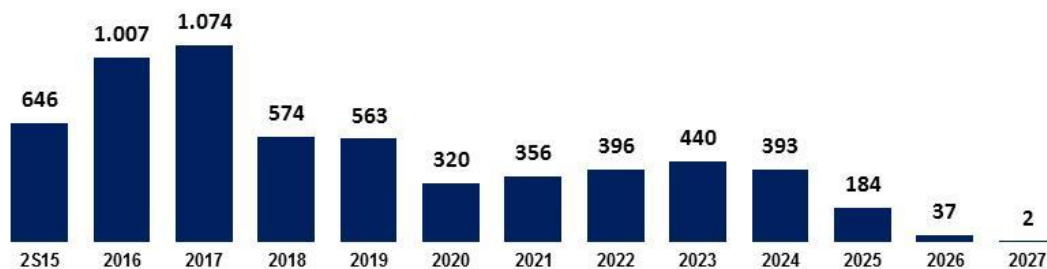


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14
Indexador					
TJLP	2.964.675	2.919.290	2.599.821	1,6%	14,0%
CDI	2.350.043	2.326.989	1.877.664	1,0%	25,2%
IPCA	684.156	612.658	447.853	11,7%	52,8%
Outros	0	3.207	0	-	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(7.514)	(6.812)	(18.683)	10,3%	-59,8%
Total	5.991.360	5.855.332	4.906.655	2,3%	22,1%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 2T15, o montante pago foi correspondente a R\$ 18,6 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Total	(18.567)	(18.567)	(17.215)	0,0%	7,9%	(37.134)	(34.434)	7,8%
Autovias	(1.955)	(1.955)	(1.811)	0,0%	8,0%	(3.910)	(3.624)	7,9%
Centrovias	(2.925)	(2.925)	(2.712)	0,0%	7,9%	(5.850)	(5.425)	7,8%
Intervias	(1.820)	(1.820)	(1.688)	0,0%	7,8%	(3.640)	(3.376)	7,8%
Vianorte	(11.867)	(11.867)	(11.004)	0,0%	7,8%	(23.734)	(22.009)	7,8%

A variação do valor pago pelo ônus fixo na comparação entre os períodos (em média +7,9%) é devida ao reajuste anual das parcelas de acordo com a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, que ocorre na mesma data do reajuste anual das tarifas das concessões estaduais.

Em 30 de junho de 2015, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	8.553	17.758	26.311	38
Centrovias	12.628	23.504	36.132	35
Intervias	8.159	27.344	35.503	55
Vianorte	49.808	82.917	132.725	32
Total	79.148	151.523	230.671	

Investimentos e Manutenção de Rodovias

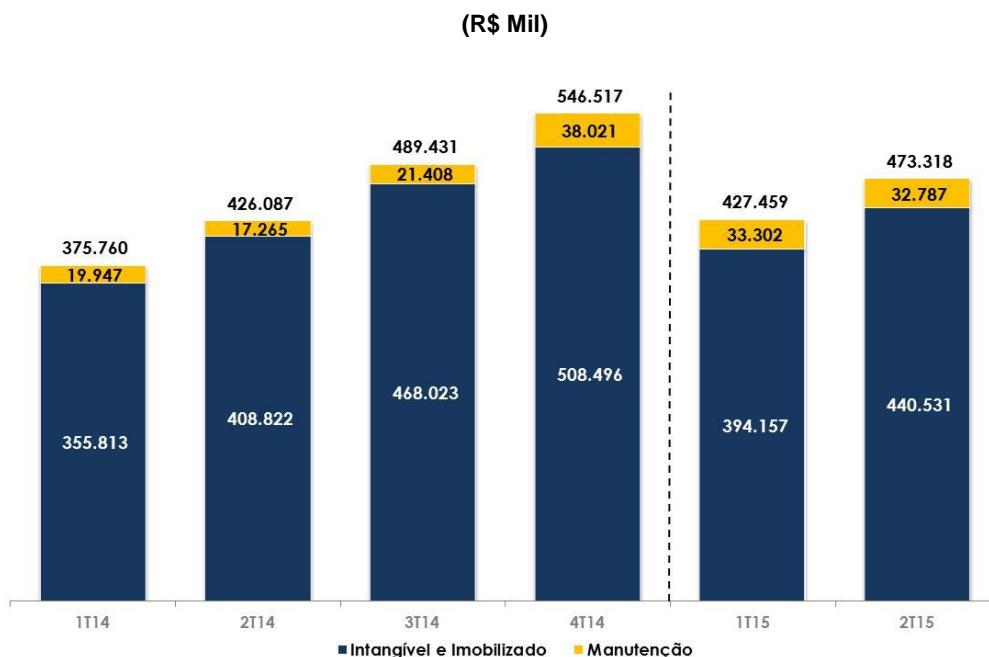
No 2T15 a Companhia realizou investimentos de R\$ 473,3 milhões em suas rodovias. Deste total, R\$ 440,5 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) em sua grande maioria concentradas nas rodovias federais e R\$ 32,8 milhões corresponderam à manutenção das rodovias estaduais do grupo.

No acumulado do ano o total de investimentos da Arteris ultrapassou R\$ 900 milhões, um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T15			1S15		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	11.913	7.619	4.294	26.842	16.708	10.134
Centrovias	39.165	24.238	14.927	57.261	25.692	31.569
Intervias	23.689	17.343	6.346	42.971	30.905	12.066
Vianorte	17.878	10.658	7.220	26.133	13.813	12.320
Estaduais	92.645	59.858	32.787	153.207	87.118	66.089
Planalto Sul	69.457	69.457	0	110.964	110.964	0
Fluminense	71.358	71.358	0	144.560	144.560	0
Fernão Dias	42.106	42.106	0	107.506	107.506	0
Régis Bittencourt	97.283	97.283	0	193.880	193.880	0
Litoral Sul	91.035	91.035	0	178.831	178.831	0
Federais	371.239	371.239	0	735.741	735.741	0
Total	463.884	431.097	32.787	888.948	822.859	66.089
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	9.434	9.434	0	11.829	11.829	0
Total	473.318	440.531	32.787	900.777	834.688	66.089

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, a previsão do **total remanescente de investimentos**, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente **R\$ 7,5 bilhões**, já incluindo todos os aditivos assinados pela Companhia até o final de 2014.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes do segundo trimestre de 2015, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:



**Avenida do Contorno
(Autopista Fluminense)**



**Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)**

Autopista Fluminense

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 44,2 quilômetros foram concluídos até o 2T15. Dos 132,4 quilômetros restantes, 79,4 quilômetros estão em obras.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária. A obra encontra-se em ritmo acelerado em fase de conclusão.



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Fernão Dias

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia. Até o 2T15, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 2,6 quilômetros de ruas laterais e 6 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros do projeto, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis todos em andamento e 33 pontes e viadutos (11 concluídos e 18 em andamento).

Durante o segundo trimestre de 2015, foram construídos 2 trevos no km 397+200 município de Miracatu/SP e km 15+300 no município de Quatro Barras/PR, além de 7,8 quilômetros de ruas laterais.



Duplicação da BR-116/PR
(Autopista Planalto Sul)

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,3 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o segundo trimestre, foi concluído um Trevo em Desnível no km131,8 no município de Mandirituba/PR.



Contorno de Florianópolis (Autopista Litoral Sul)

Autopista Litoral Sul

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros, posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47km. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte, Trecho Intermediário, 1 trevo em desnível no entroncamento com a SC-281 e 3 passagens inferiores.



Dispositivo de acesso a Ribeirão Preto
(Autovias e Vianorte)

Autovias e Vianorte

A Companhia concluiu em dezembro de 2014, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à cidade de Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra foi aditivada ao contrato de concessão e



Contorno de Mogi Mirim (Intervias)

contemplou a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

Ainda na Autovias, foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que foi incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Intervias

Está em andamento em ritmo acelerado a implantação da segunda etapa do contorno viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

Quadro de Pessoal

A Arteris conta com **5.945 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **49,2%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **21,4%** nas **estaduais**, **26,7%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,6%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2T15	1T15	2T14	Var. 2T15/1T15	Var. 2T15/2T14
Arteris (Holding)	156	154	145	2	11
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.274	1.360	1.280	(86)	(6)
Autovias	305	310	195	(5)	110
Centrovias	281	280	309	1	(28)
Intervias	436	520	520	(84)	(84)
Vianorte	252	250	256	2	(4)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.927	2.818	2.818	109	109
Litoral Sul	634	613	599	21	35
Planalto Sul	359	268	277	91	82
Fluminense	466	451	429	15	37
Fernão Dias	837	867	868	(30)	(31)
Régis Bittencourt	631	619	645	12	(14)
Latina Manutenção	1.437	1.655	2.277	(218)	(840)
Latina Sinalização	151	170	180	(19)	(29)
Total	5.945	6.157	6.700	(212)	(755)

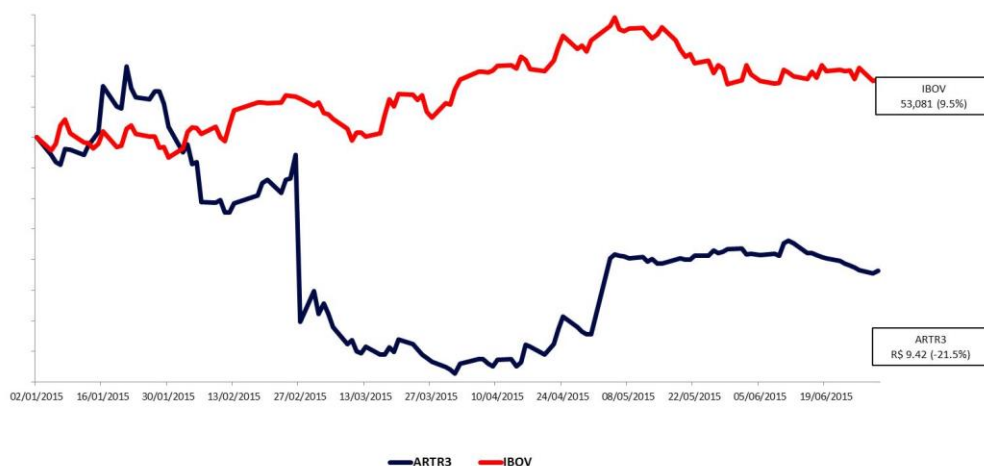
Em relação as variações no quadro de pessoal, destacamos:

- **Aumento** do quadro de funcionários na **Autovias e Autopista Planalto Sul** em função da **internalização** de arrecadadores;
- **Redução** do quadro de funcionários na **Intervias** em função da **terceirização** de serviços de atendimento pré – hospitalar (APH);
- Adoção de políticas visando uma **gestão mais eficiente** de pessoas.

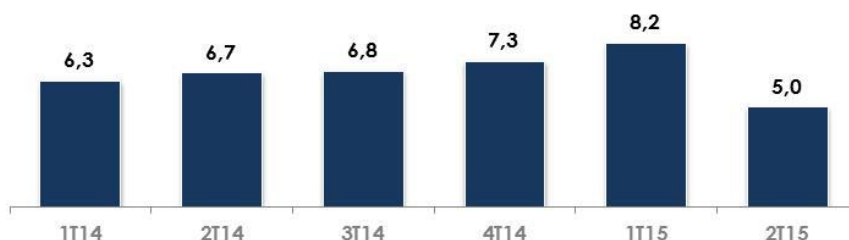
Mercado de Capitais

O valor de mercado da Arteris ao final de 2T15 totalizou **R\$ 3,2 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 9,42 por ação em 30/06/15. Esse preço corresponde a uma **desvalorização de 21,5%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização de 9,5%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram cerca de R\$ 304,6 milhões** no trimestre.

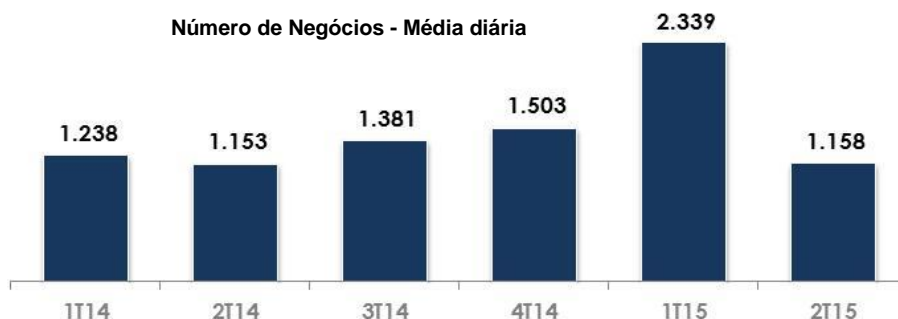
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (2T15)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária



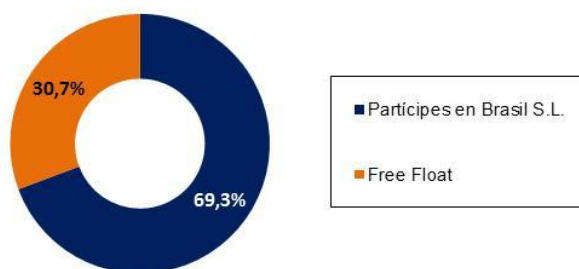
Média Diária	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14
Nº de Negócios	1.158	2.339	1.153	-50,5%	0,4%
Nº de Ações Negociadas	558.803	806.892	369.622	-30,7%	51,2%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,0	8,2	6,7	-39,0%	-25,4%

Oferta Pública de Aquisição de Ações

Em 30 de abril de 2015, a Companhia informou ao mercado manifestação de interesse por parte de seus acionistas controladores de realizar uma Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora categoria A e Saída do Novo Mercado. O lançamento da oferta está sujeito à obtenção de registros perante os órgãos reguladores e a realização de laudo de avaliação da Companhia. Os termos e condições da oferta serão informados oportunamente ao mercado.

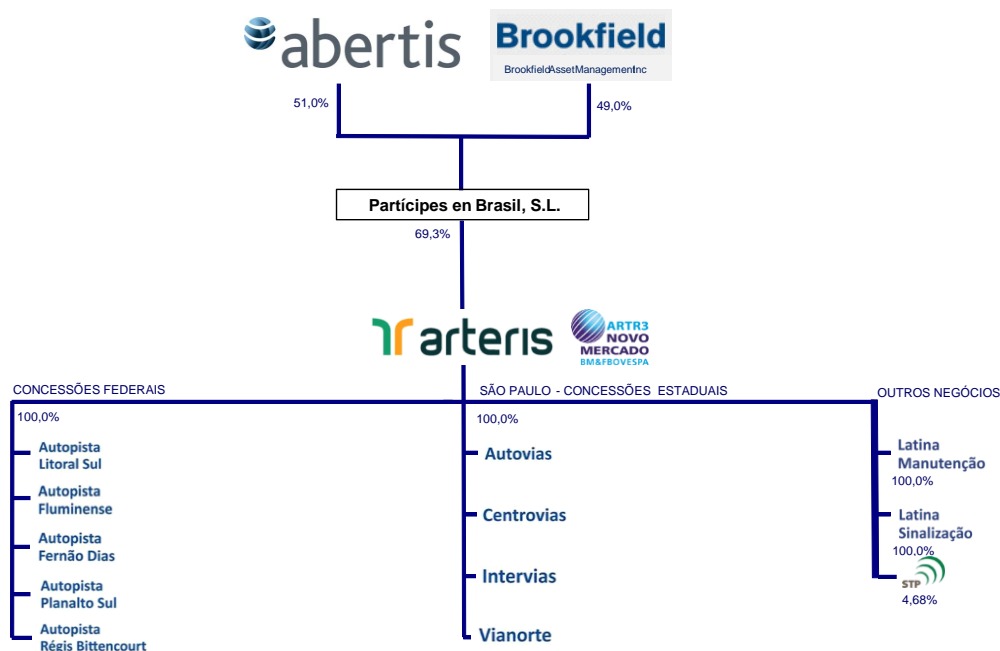
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 1.033,2 milhões em 30 de junho de 2015, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 30/06/2015

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316.6	5	Ago-18	Mai-19	IGP-M
Centrovias	218.2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375.7	9	Fev-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236.6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412.7	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fluminense	320.1	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fernão Dias	562.1	8	n.a.	Fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	401.6	6	n.a.	Fev-33	IPCA
Litoral Sul	405.9	5	n.a.	Fev-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	2T15	2T14	Var%	1S15	1S14	Var%
Estaduais	12.387	12.661	-2,2%	12.352	12.632	-2,2%
Autovias	11.922	12.172	-2,1%	11.889	12.089	-1,7%
Centrovias	14.455	14.715	-1,8%	14.524	14.823	-2,0%
Intervias	10.242	10.393	-1,5%	10.138	10.341	-2,0%
Vianorte	14.552	15.023	-3,1%	14.528	14.977	-3,0%
Federais	20.270	20.458	-0,9%	21.382	21.477	-0,4%
Planalto Sul	6.809	6.853	-0,7%	6.854	6.981	-1,8%
Fluminense	15.436	15.739	-1,9%	16.371	16.620	-1,5%
Fernão Dias	24.448	25.148	-2,8%	24.868	25.398	-2,1%
Régis Bittencourt	20.673	21.483	-3,8%	21.655	22.313	-3,0%
Litoral Sul	31.510	30.500	3,3%	34.943	33.786	3,4%
Total	17.477	17.705	-1,3%	18.183	18.354	-0,9%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: ri.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	862.589	1.094.166	1.105.266
Contas a receber	163.017	141.204	126.125
Contas a receber - partes relacionadas	255	214	0
Estoques	5.122	8.572	9.598
Despesas antecipadas	17.604	14.052	14.009
Impostos a recuperar	65.022	53.915	36.257
Aplicações financeiras vinculadas	57.978	13.043	61.148
Outros créditos	4.575	4.037	7.652
Total do ativo circulante	1.176.162	1.329.203	1.360.055
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	85.681	90.171	74.221
Cauções contratuais	72	68	114
Impostos a recuperar	63	0	0
Despesas antecipadas	71	33	12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	195.963	189.449	188.531
Depósitos judiciais	106.528	87.476	47.265
Outras contas a receber	12.860	8.434	235
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	61.161	61.824	52.142
Intangível	7.967.971	7.649.394	6.570.639
Total do ativo não circulante	8.431.423	8.087.902	6.934.212
TOTAL DO ATIVO	9.607.585	9.417.105	8.294.267
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	212.126	209.593	176.778
Debêntures	1.051.393	897.083	335.433
Fornecedores	150.875	127.107	150.772
Obrigações sociais	71.759	70.234	76.248
Obrigações fiscais	59.633	58.188	76.608
Contar a pagar - partes relacionadas	152	152	155
Cauções contratuais	68.853	64.392	53.708
Dividendos propostos	0	27.029	0
Credores pela concessão	77.132	74.725	73.748
Taxa de fiscalização	3.454	3.454	0
Provisão para manutenção em rodovias	126.454	130.311	95.095
Provisão para investimentos em rodovias	85.375	71.062	84.618
Adiantamento seguros	3.625	6.861	33.451
Outras contas a pagar	20.006	13.540	18.144
Total do circulante	1.930.837	1.753.731	1.174.758
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.763.385	2.730.347	2.429.772
Debêntures	1.964.456	2.018.309	1.964.672
Credores pela concessão	136.876	150.192	192.068
Receita diferida	1.313	115	1.152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76.454	85.828	78.214
Provisão para manutenção em rodovias	432.522	425.618	431.141
Provisão para investimentos em rodovias	37.764	50.370	29.129
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15.869	15.446	22.173
Outras contas a pagar	1.982	1.640	212
Total do exigível a longo prazo	5.430.621	5.477.865	5.148.533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.033.198	873.822	873.822
Reserva legal	123.793	123.793	101.425
Reserva de lucros	1.111.407	1.210.165	1.018.000
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	2.246.127	2.185.509	1.970.976
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.607.585	9.417.105	8.294.267

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	999.988	974.041	986.586	2,7%	1,4%	1.974.029	1.953.305	1,1%
Receitas de pedágio	588.069	599.007	581.434	-1,8%	1,1%	1.187.076	1.156.669	2,6%
Estaduais	341.373	333.985	341.999	2,2%	-0,2%	675.358	675.329	0,0%
Autovias	82.933	81.392	83.390	1,9%	-0,5%	164.325	164.011	0,2%
Centrovias	88.090	86.970	88.134	1,3%	0,0%	175.060	175.313	-0,1%
Intervias	93.941	90.839	93.175	3,4%	0,8%	184.780	184.313	0,3%
Vianorte	76.409	74.784	77.300	2,2%	-1,2%	151.193	151.692	-0,3%
Federais	246.696	265.022	239.435	-6,9%	3,0%	511.718	481.340	6,3%
Planalto Sul	27.304	28.283	26.791	-3,5%	1,9%	55.587	54.336	2,3%
Fluminense	42.087	44.646	40.322	-5,7%	4,4%	86.733	78.458	10,5%
Fernão Dias	58.892	61.539	60.120	-4,3%	-2,0%	120.431	120.356	0,1%
Régis Bittencourt	65.729	70.803	64.273	-7,2%	2,3%	136.532	130.595	4,5%
Litoral Sul	52.684	59.751	47.929	-11,8%	9,9%	112.435	97.595	15,2%
Outras receitas	18.095	21.993	(2.467)	-17,7%	n.a.	40.088	11.326	254,0%
Receitas de obras	393.824	353.041	407.619	11,6%	-3,4%	746.865	785.310	-4,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(53.263)	(55.112)	(40.792)	-3,4%	30,6%	(108.375)	(102.451)	5,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	946.725	918.929	945.794	3,0%	0,1%	1.865.654	1.850.854	0,8%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(701.715)	(656.711)	(681.511)	6,9%	3,0%	(1.358.426)	(1.298.134)	4,6%
LUCRO BRUTO	245.010	262.218	264.283	-6,6%	-7,3%	507.228	552.720	-8,2%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(50.014)	(47.475)	(45.636)	5,3%	9,6%	(97.489)	(95.498)	2,1%
Gerais e administrativas	(44.736)	(42.055)	(41.862)	6,4%	6,9%	(86.791)	(91.381)	-5,0%
Remuneração da administração	(5.773)	(5.671)	(4.066)	1,8%	42,0%	(11.444)	(9.317)	22,8%
Despesas tributárias	258	(854)	(1.066)	-130,2%	-124,2%	(596)	(2.074)	-71,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	237	1.105	1.358	-78,6%	-82,5%	1.342	7.274	-81,6%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(102.907)	(121.720)	(81.913)	-15,5%	25,6%	(224.627)	(165.665)	35,6%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	92.089	93.023	136.734	-1,0%	-32,7%	185.112	291.556	-36,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(31.471)	(36.291)	(44.785)	-13,3%	-29,7%	(67.762)	(98.749)	-31,4%
Corrente	(47.357)	(46.302)	(56.669)	2,3%	-16,4%	(93.659)	(113.285)	-17,3%
Diferido	15.886	10.011	11.884	58,7%	33,7%	25.897	14.536	78,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	60.618	56.732	91.950	6,8%	-34,1%	117.350	192.808	-39,1%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	1S15	1S14
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	117.350	192.808
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	248.289	158.540
Baixas de ativos imobilizados	15.161	6.811
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.897)	(14.536)
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	13.775	13.509
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(8.534)	(6.087)
Juros e variações monetárias de empréstimos	56.845	56.700
Juros e variações monetárias de debêntures	199.501	121.598
Despesas financeira AVP	23.513	16.581
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.133	11.308
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	44.636	39.993
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(21.580)	584
Contas a receber - partes relacionadas	(255)	(5)
Estoques	4.828	(1.936)
Despesas antecipadas	(2.314)	(3.588)
Impostos a recuperar	(16.077)	(1.940)
Outros créditos	2.231	(1.956)
Cauções contratuais	(4)	217
Depósitos judiciais	(5.911)	(26.893)
Outras contas a receber	0	(18)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	49.452	(14.868)
Fornecedores - partes relacionadas	0	107
Cauções contratuais	440	5.581
Obrigações sociais	(5.056)	(3.651)
Obrigações fiscais	75.867	93.603
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94.935)	(99.328)
Receita diferida	852	725
Adiantamentos para seguros	119	(6.168)
Provisão de juros sobre capital próprio	0	0
Outras contas a pagar	12.225	5.144
Credores pela concessão	(133)	(2.752)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.462)	(922)
Pagamento de juros	(111.984)	(84.129)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	573.075	455.032
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(7.547)	(19.211)
Adições ao intangível	(893.230)	(745.424)
Aplicações financeiras vinculadas	(85.150)	(90.820)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	207.736	71.899
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(778.192)	(783.556)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	154.105	381.183
Emissão de Debêntures	106.813	550.722
Pagamento de juros e principal	(539.501)	(270.004)
Pagamento de credores pela concessão	(37.134)	(34.434)
Pagamento de dividendos	(27.028)	(123.588)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(342.745)	503.879
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(547.862)	175.355
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.410.451	929.911
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	862.589	1.105.266

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.